



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA -  
PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE BENS/SERVIÇOS

Secretaria Municipal: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos	
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Departamento Administrativo	
Responsável pela elaboração: Leonardo Feliciano Lima	Cargo: Agente Administrativo Auxiliar
E-mail: <a href="mailto:compras@saoborja.rs.gov.br">compras@saoborja.rs.gov.br</a>	Telefone:
<b>1. Objeto:</b> ( X ) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ( ) Material de consumo ( ) Material permanente/equipamento Registro de Preços, modalidade menor preço por item, visando a contratação de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.	
<b>2. Justificativa/descrição da necessidade da contratação</b> <b>1.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM</b> – A publicação será em centímetros por coluna (cm/coluna) sendo o padrão usado para calcular o espaço de anúncios impressos em jornais.  Neste quesito, a página do jornal é dividida em colunas verticais e o anúncio será medido pelo número de centímetros de altura, em uma coluna. Trataremos sobre o alinhamento entre a contratação e planejamento para o Registro de Preços de empresa de jornal diário de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a publicação de avisos de licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, concurso, leilão, pregão e demais publicações oficiais, para atender os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, artigo 54, §1º, para publicação legal.  Do ponto de vista da legalidade, trata-se diretamente de princípios pacificados na lei, que versam mais sobre a obrigatoriedade do cumprimento destas publicações, do que de mera formalidade administrativa. Quando se fala de publicidade, trata-se de uma das bases dos princípios administrativos consolidados na Constituição Federal: <b>C.F:</b>  <b>Art. 37.</b> A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, <b>publicidade</b> e eficiência e, também, ao seguinte:  <b>§ 3º</b> A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente  <b>II</b> – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;  A constituição ainda a publicação de seus atos em outros dispositivos: <b>C.F:</b>  <b>Art. 5º</b> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  ...  <b>XXXIII</b> – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;  Nota-se que este princípio constitucional determina que os atos administrativos devem ser divulgados para o conhecimento do público, garantindo a transparência, controle social e legitimidade das ações do Estado. No mesmo sentido, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nº 14.133/2021, traz esta obrigação legal das publicações oficiais:  <b>LCCA:</b>  <b>Art. 54.</b> A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).  <b>§1º</b> Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, <b>bem como em jornal diário de grande circulação.</b>  Na mesma lei, podemos observar outros dispositivos que tratam de publicidade de atos administrativos:	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

LCCA:

**Art.5º** Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, **da publicidade**, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Na pesquisa da legalidade, a Lei de Acesso a informações auxilia ainda mais a ideia da publicidade dos atos administrativos, com ênfase nos certames licitatórios:

**Lei 12.527/2011:**

**Art.8º** É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

**IV** – informações concernentes **a procedimentos licitatórios**, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

Por fim, doutrinadores administrativos atribuem em seus estudos o princípio da publicidade como um ato obrigatório de gestão, pacífico de validação de seus atos quando cumprida esta obrigatoriedade?

**Maria Sylvia Zanella Di Pietro**

Di Pietro entende que a publicidade é uma condição de eficácia dos atos administrativos e também um instrumento de controle da legalidade. Para ela, “a publicidade visa propiciar o conhecimento dos atos pela coletividade, permitindo o controle da legalidade e a proteção dos direitos dos administrados.”

Referência: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

**Hely Lopes Meirelles**

Meirelles ensina que a publicidade é um requisito de eficácia e moralidade dos atos administrativos. Sem publicidade, o ato pode até existir, mas não produzirá efeitos externos. Ele afirma que “a publicidade é exigência de eficácia e moralidade para que se dê conhecimento do ato a terceiros e se viabilize seu controle.”

Referência: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 50. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

Desta forma, como forma de alinhar o planejamento e a contratação, pode-se concluir que o Ente Federado não some poder, como deverá adotar procedimentos que visem o cumprimento do princípio constitucional da publicidade, proporcionando a fiscalização externa e a validação dos seus atos.

### 3. Descrições, quantidades e valores (Valores totais)

**Das especificações e quantitativos:**

Item	Descrição do Item	Medida	Valor unitário por cm/coluna	Quantidade de publicações em cm/coluba	Valor Total
1	Serviço de Publicidade Legal em jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul	cm/coluna	R\$ 18,00	1100	<b>R\$ 19.800,00</b>

### 4. Observações gerais

4.1. Prazo de Entrega/ Execução: A execução será durante o ano de 2026 e, dentro dos limites legais, em 2027, durante as atividades da SMPOP – Nas publicações oficiais

4.2. Local e horário da Entrega/Execução:

A entrega será em conformidade com o cronograma da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos.

4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Diretor Alison Vieira



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

4.4. Prazo para pagamento: Conforme demanda do departamento, melhor especificado no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

São Borja, 17 de abril de 2026

Responsável pela Formalização da Demanda

Leonardo Feliciano Lima  
Agente Administrativo Auxiliar

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a licitação e demais providências cabíveis.

( ) Defiro  
( ) Indefero

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos